

Comunicado

Tribunais confirmam condenação da Goldenergy pela ERSE por falta de atendimento telefónico eficaz

O Tribunal da Relação de Lisboa e o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão confirmaram a decisão da ERSE de sancionar a Goldenergy, por não dispor de um sistema de atendimento telefónico eficaz entre 2014 e 2015, após duas decisões do Tribunal Constitucional de recusa de inconstitucionalidades.

Por decisão do Conselho de Administração da ERSE, de 12/01/2016, no âmbito de [processo n.º 1/2015](#) relativo à não disponibilização de um sistema de atendimento telefónico eficaz, entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015, a Goldenergy foi condenada, em cúmulo jurídico, numa coima única de € 50.000 (cinquenta mil euros).

A empresa recorreu judicialmente dessa decisão, tendo o processo conhecido diversas vicissitudes e recursos, o que motivou que o plenário do [Tribunal Constitucional](#) se tenha pronunciado no sentido de declarar não inconstitucional a norma do Regime Sancionatório do Setor Energético (RSSE) que determina que em caso de recurso de decisão condenatória da ERSE, o pagamento da coima determinada não fica suspenso. Noutro acórdão, o [Tribunal Constitucional](#) veio a decidir, também, que as normas do Regulamento da Qualidade do Serviço não são inconstitucionais.

Por fim, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, por [sentença](#) de 17 de maio de 2021, confirmou a prática da infração, condenando a Goldenergy numa coima de 40.000 euros. Esta sentença foi confirmada, dando por totalmente improcedente o recurso da Goldenergy, por [acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa](#) de 30 de julho de 2021, que transitou em julgado. A Goldenergy ficou, assim, condenada ao pagamento de uma coima de 40.000 euros pela infração pela qual havia sido sancionada pela ERSE.

Lisboa, 21 de setembro 2021

